

Mudanças nas Estruturas Produtivas Regionais no Brasil dos anos 90

Carlos Antônio Brandão

Hipólita Siqueira de Oliveira

Resumo: O artigo analisa as linhas mais gerais da dinâmica regional brasileira dos anos 90, buscando resgatar o referencial analítico da divisão inter-regional do trabalho. Demonstra-se que a reestruturação produtiva e os investimentos anunciados/realizados após o Plano Real não determinaram uma trajetória de crescimento econômico capaz de reduzir as disparidades sócio-econômicas nos âmbitos inter e intra-regionais.

Introdução

A dinâmica regional brasileira, em função das mudanças que se processaram durante os anos 90, tornou-se mais complexa, apresentando outra natureza, diferente daquela caracterizada pelos processos de concentração e de desconcentração regional que ocorreram no período 1930/85. Dada esta maior complexidade, analisa-se neste artigo as linhas mais gerais da dinâmica regional brasileira dos anos 90, buscando resgatar o referencial analítico da divisão inter-regional do trabalho (DIRT). Demonstra-se que a reestruturação produtiva e os investimentos anunciados/realizados após o Plano Real não determinaram uma trajetória de crescimento econômico, capaz de reduzir as disparidades sócio-econômicas nos âmbitos inter e intra-regionais. De um lado, houve perda de dinamismo econômico de algumas *especializações regionais*, que reduziu seu potencial de empuxe e arraste inter-setorial e de desenvolvimento regional (sendo que, na maioria dos casos, já se apresentavam bastante reduzidos durante o processo de desconcentração industrial). Por outro lado, algumas mudanças intra-setoriais/regionais foram importantes, como no caso dos setores automobilístico, têxtil, calçadista e frigorífico. Porém, estes movimentos não engendraram mudanças muito importantes na configuração da DIRT brasileira, permanecendo esta caracterizada pela presença de uma região que é o *núcleo central da acumulação de capital* do país (Estado de São Paulo); e de diversas *sub-regiões* no interior das cinco macrorregiões brasileiras, denominadas aqui de *especializações regionais*, responsáveis por grande parte do dinamismo econômico de parcela da região em que estão instaladas.

Analisa-se aqui especialmente o período posterior à implantação do Plano Real. A análise foi feita a partir de uma resenha de diversos estudos (pesquisas, teses, artigos, etc.) sobre o desempenho dos setores mais importantes das cinco macrorregiões brasileiras, as

chamadas *especializações regionais*, e na pesquisa de informações sobre investimentos projetados/realizados desde 1994.

Tendo em vista que os impactos do Plano Real e os investimentos realizados na economia não determinaram uma trajetória de crescimento econômico sustentado, a hipótese defendida é a de que não houve alterações (muito significativas e relevantes) na divisão inter-regional do trabalho brasileira nos anos 90. Deste modo, persistiu, e até agravou, o quadro de grandes desigualdades e heterogeneidades inter e intra regionais. Assim, quando se analisa a dimensão espacial do processo de desenvolvimento neste período, nota-se que as inércias e rigidezes próprias da situação periférica e subdesenvolvida brasileira se juntaram (e se entrecruzaram) à inércia macroeconômica das pífias taxas de crescimento, o que virtualmente paralisou os movimentos mais significativos, que pudessem determinar mudanças decisivas nas posições relativas das regiões na riqueza nacional.

Em Busca de um Referencial Teórico e Analítico

Infelizmente, a visão teórica subjacente ao debate e às disputas pelos parques investimentos esteve assentadas em concepções bastante conservadoras. Na “guerra dos lugares”, prevalente durante toda a década, as regiões são vistas, nestas construções teóricas, como meros receptáculos neutros, sítios sem textura ou entorno. Um platô ou espaço reflexo, inerte, segundo essa concepção empirista do espaço-plataforma. Não é à toa, que o espaço é plenamente identificado à distância. Esse é o seu principal atributo. As superfícies pouco importam. Os espaços são meros recipientes ou plataformas a propagandear suas vantagens comparativas e a disputar as inversões de capital.

Ou bem a questão regional se transforma em um mero debate das peças que se moveram em uma matriz espacial dos investimentos, ou bem se tem uma crença exagerada nas virtudes do desenvolvimento local endógeno (Brandão, 2002).

Neste contexto, consideramos fundamental resgatar algumas questões da economia política empreendida por autores já clássicos no debate regional brasileiro (Ignácio Rangel, Wilson Cano e Chico de Oliveira, dentre outros) que sempre foram orientados teoricamente pelo princípio da inserção das diversas regiões em uma divisão inter-regional do trabalho.

Os melhores trabalhos deste campo temático nunca buscaram teorias abstratas do desenvolvimento regional e urbano. Ao contrário, perceberam ser necessário investigar sempre os contornos histórico-institucionais concretos em que se processam a execução das leis imanentes e das determinações mais abstratas do capitalismo. Estas determinações não podem ser utilizadas sem mediações, fora das seqüências do real-concreto que têm vigência

histórica peculiar. O desafio constante foi construir e hierarquizar as determinações necessárias. Neste ensaio propomos que a divisão social do trabalho deva ser a categoria explicativa básica da investigação da dimensão espacial do desenvolvimento, posto que permeia todos os seus processos, em todas as escalas.

Expressão do estágio atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, essa categoria mediadora é a adequada para se estudar as heterogeneidades, hierarquias e especializações *intra* e *inter* qualquer escala (regional, nacional, internacional). Capaz de revelar as mediações e as formas concretas em que se processam e manifestam a reprodução social no espaço, expressa a constituição socioprodutiva interna e suas possibilidades (e a efetividade) de inserção no contexto maior, isto é sua posição em uma relação hierárquica superior.

Sob o regime capitalista de produção, a divisão social do trabalho se aprofundando e sofisticando recorrentemente, as articulações entre espaços diferenciais se processam de forma regular e ordenada¹, embora com natureza desigual, complexa e de forma combinada e sujeita a um processo de evolução hierárquica, submetidos a leis, centros de controle e padrões diversificados e específicos de inserção.

Consideramos que o debate atual muito pode ganhar se resgatar algumas perguntas formuladas ainda há 50 anos atrás. Essas teorias não negligenciavam o papel das **macrodecisões** emanadas dos centros de poder e controle sobre os subordinados no concerto de uma divisão do trabalho social.

Nos anos 50 e 60, o debate sobre o desenvolvimento regional e urbano recebeu influência direta de todas as correntes principais das chamadas teorias do desenvolvimento econômico. Ou seja, ocorre uma transposição muitas vezes direta do debate internacional e nacional para a escala regional. Assim, tivemos as vertentes que partiam - seja criticamente ou para reafirmarem o caráter seqüencial do processo de desenvolvimento segundo o etapismo, em âmbito regional – das formulações de Rostow (1959). Também o debate urbano-regional sofreu influência das teorias do crescimento equilibrado, colocando a necessidade de um tratamento “em diversas frentes” com sincronia, a fim de superar os obstáculos ao desenvolvimento regional². Mas talvez a maior influência tenha partido das formulações de

¹ “A divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis de condições de desenvolvimento”. (Smith, 1988: 152).

² “Alguns autores, como Nurske, Rosenstein-Rodan, Lewis e Scitovsky, discutiram, nos anos 60, a necessidade de conduzir as economias a um desenvolvimento equilibrado entre as regiões, tentando entender a dinâmica que leva à superação do processo de subdesenvolvimento regional (Argawala e Singh, 1969). Salientavam a relevância da disponibilidade de capital, da natureza e composição da população e da escassez de poupança interna, para a determinação das condições de desenvolvimento” (Kon, 1998: 28).

Hirschman (1958), vendo o processo de desenvolvimento como uma cadeia de desequilíbrios e de Myrdal (1957), com sua teoria da causação circular acumulativa. Ambos, segundo Furtado (1966: 90-92)³, além de Perroux (1966), realizaram o estudo das macrodecisões, analisando “as cadeias de reações provocadas por decisões autônomas, será possível identificar fatores que aumentam ou reduzem sua capacidade de reação”. As reações em cadeia, dependentes do nível de desenvolvimento das forças produtivas e da complexidade da estrutura produtiva, provocam efeitos de arrasto (*backward linkage*) e efeitos de propulsão (*farward linkages*). A articulação de tais efeitos criariam os impulsos transformadores do processo estrutural de desenvolvimento. A riqueza destes três autores, captada devidamente nas formulações de inspiração cepalina, que trataram as questões das heterogeneidades estruturais das economias periféricas, reside na perspectiva avançada do tratamento analítico destas macrodecisões por um agente privilegiado – o Estado ou outra “unidade dominante” (a grande empresa, por exemplo) – em um contexto ou ambiente macroeconômico resultante da interação de uma pluralidade de decisões cruciais. Seria o Estado o agente privilegiado para avaliar e realizar a síntese das inúmeras cadeias de reações provocadas pelas múltiplas decisões.

Principais Mudanças na Divisão Inter-regional do Trabalho no Brasil dos nos 90

Para a análise da dinâmica regional brasileira há um certo consenso entre os estudiosos desta temática de que, em função das mudanças no quadro econômico durante os anos 90, a caracterização dos movimentos regionais da atividade econômica em geral tornou-se mais complexa. Esta maior complexidade decorre da intensificação da exposição da economia à concorrência externa e da redução expressiva da atuação do Estado Nacional em todas as áreas da política econômica durante esse período (fiscal, industrial, regional, etc). As promessas de investimentos estruturantes, contidas na política dos “eixos de desenvolvimento” não se concretizaram (Galvão e Brandão, 2001). Os parques investimentos privados, a diferencial sensibilidade de cada região à crise e ao processo de abertura, e o aumento da participação do capital transnacional nas esferas financeira e produtiva foram importantes determinantes para a caracterização dos fatores que atuaram sobre a distribuição espacial da atividade econômica. Os traços principais da dinâmica regional daí resultante

³ Tais páginas são extremamente reveladoras da influência decisiva dos três autores nas formulações de Furtado e de toda a Cepal. Após sintetizar as contribuições de Myrdal, Hirschman e Perroux, ele afirma que “o estudo do desenvolvimento tende a concentrar-se nas caracterização das estruturas, na identificação dos agentes significativos e nas interações entre determinadas categorias de decisões e as estruturas. Estas condicionam o processo de irradiação e a eficácia no espaço e no tempo das decisões, como vimos ao analisar os efeitos de arrasto e propulsão, mas ao mesmo tempo são por elas determinados” (Furtado, 1966: 92).

foram delineados pela reestruturação produtiva imposta às empresas face à pressão concorrencial externa e pela realização de novos investimentos liderados pela atração de IDE's para o País.

Apesar da realização de alguns investimentos na economia brasileira, estes tiveram reduzida articulação inter-setorial/regional e não contribuíram de modo significativo para o aumento da taxa global de investimentos expressa pela relação FBKF/PIB. A explicação reside, por sua vez, na participação relevante das operações de fusões e aquisições nos fluxos de IDE, em detrimento das operações de ampliação e construção de novas plantas. O baixo dinamismo da FBKF/PIB, apesar da atração de volumes expressivos de IDE, também foi verificado pelo aumento da participação das máquinas e equipamentos importados na composição desta taxa.

Do ponto de vista da DIRT brasileira, a reestruturação produtiva e os investimentos anunciados/realizados ao longo dos anos 90 não determinaram mudanças radicais em sua configuração. Permaneceu uma divisão inter-regional cuja especificidade é a presença de uma região que é o *núcleo central da acumulação de capital* no Brasil, onde estão localizados os segmentos mais importantes e estratégicos da estrutura produtiva nacional e, particularmente, os setores industriais mais modernos dos grupos de bens de consumo não-duráveis, de bens intermediários e de bens de capital e de consumo duráveis; e de *sub-regiões especializadas* em determinados setores produtivos que, em alguns casos, possuem articulações e interesses muito mais próximos a outras Regiões/Estados ou mesmo com o mercado internacional do que com o entorno da região em que estão instaladas.

Destacaremos aqui apenas alguns dos principais investimentos realizados no Brasil durante os anos 90, por macro-região.

Região Norte

Apesar da realização dos investimentos em seguida apresentados, a integração da Região Norte à estrutura produtiva nacional ocorreu de maneira frágil e seletiva, fortemente concentrada em termos setoriais e regionais. A especialização setorial se mantém na produção de bens intermediários e de bens de consumo duráveis. Já no que se refere à organização espacial, a maior parte da produção industrial localiza-se no AM – produção de eletroeletrônicos da Zona Franca de Manaus - e no PA - complexo mineiro-metalúrgico de Carajás. Estas sub-regiões são responsáveis por grande parte do dinamismo econômico regional. Entre 1985-98 houve uma queda expressiva da participação dos setores de bens de consumo duráveis na estrutura produtiva da Região Norte de 58,6%, em 1985 para 48,6%, em 1998. Esta redução é explicada pela perda de dinamismo da Zona Franca de Manaus devido

aos problemas enfrentados por este pólo diante da maior exposição internacional nos anos 90. Por outro lado, em razão da expansão das atividades ligadas à exploração/transformação de minerais metálicos, localizadas principalmente no PA, a participação dos setores de bens intermediários aumentou de 19,7%, em 1985 para 36,9%, em 1998.

Os projetos de investimento para a Região Norte, anunciados entre 2000-2002, reforçam as suas especializações industriais. Mas, também indicaram novas tendências representadas pelos anúncios de empresas do setor de cosméticos e perfumarias no AM e de empresas do complexo agroindustrial de grãos e carnes em RO e AM ligados à expansão das lavouras de grãos da Região Centro Oeste.

No que se refere à produção de alumínio no PA, as empresas do ramo aí instaladas foram responsáveis por 76% da produção de bauxita e 28,9% da produção de alumínio primário do Brasil em 1999. Entretanto, os investimentos realizados no complexo minero-metalúrgico são considerados quase “enclaves regionais” pois, possuem baixa capacidade de absorção de mão-de-obra, exigem alta concentração de capital e desenvolvem poucos encadeamentos inter-industriais.

No início dos anos 90, a abertura comercial e o aumento das importações de bens eletroeletrônicos, exigiu uma redução de custos por parte das empresas da ZFM para que se adequassem à concorrência externa. As empresas aí localizadas reduziram significativamente o número de empregados, investiram em automação dos processos de montagem e aumentaram o percentual dos componentes importados em seus produtos. Ao mesmo tempo, as empresas de bens eletroeletrônicos diminuíram significativamente a diversificação de produtos e se concentraram em alguns nichos de mercado. Por outro lado, medidas de caráter institucional também foram importantes, como por exemplo, a permanência dos benefícios fiscais da ZFM até 2013.

Em função do ajuste produtivo, as empresas aí localizadas puderam atender ao aumento do consumo interno de bens eletroeletrônicos resultante do Plano Real em 1994 que, por sua vez, implicou em aumento da produção da ZFM entre 1994-97. Porém, os dados da SUFRAMA mostram uma queda do faturamento das empresas e da produção dos principais bens eletrônicos aí produzidos entre 1997-99. Estes resultados foram verificados em função do desaquecimento do mercado nacional de bens de consumo duráveis neste período.

Ocorreram algumas mudanças na estrutura industrial do AM e em suas respectivas participações relativas no VTI nacional. O setor de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações reduziu sua participação relativa no VTI do AM de 40% em 1985 para 30% em 1997. Neste mesmo período, setores do Grupo I aumentaram seus

percentuais relativos no VTI estadual como o de Alimentos e Bebidas (de 4% para 17%) e Edição e Reprodução de Gravações (de 0,6% para 4,5%). Com relação ao VTI nacional, a redução da participação relativa da produção de Eletroeletrônicos do AM também foi significativa (de 30% em 1985 para 23% em 1998). Por outro lado, ganhou participação relativa no VTI nacional a Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte (motocicletas) do AM que aumentou de 8,7% em 1985 para 29,5% em 1998.

Região Centro-Oeste

A expansão da agricultura no Centro-Oeste prosseguiu com a especialização na produção de grãos, avançando na possibilidade de maior integração industrial *a montante* e *a jusante*, sobretudo da soja. Nos anos 80, a política nacional de exportação contribuiu sobremaneira para a expansão da produção de grãos nesta região. Ao demandar insumos, máquinas e equipamentos, serviços bancários e comerciais, as atividades do Complexo Agroindustrial (CAI) de grãos-carne também exerceram efeitos de encadeamento sobre as atividades urbanas das áreas inseridas neste processo. Parte significativa desta atividade agroindustrial concentrou-se em algumas áreas específicas do Centro-Oeste como, Itumbiara, Jataí e Rio Verde, em Goiás; Rondonópolis e Cuiabá em Mato Grosso; e Campo Grande e Dourados em Mato Grosso do Sul.

Embora tenha ocorrido essa desconcentração relativa para o Centro-Oeste, a Região Sul ainda é responsável pela maior produção nacional de grãos. Mas, em termos de crescimento, na década de 90 a região de maior dinamismo foi a Região Centro-Oeste.

Tabela 1 – Produção de Grãos, segundo as macrorregiões brasileiras, em milhões de toneladas.

Anos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1990	0,9	2,5	9,4	31,5	11,4
1991	1,1	5,4	12,8	23,3	13,3
1992	1,1	3,5	12,5	35,6	14,6
1993	1,4	3,3	12,3	36,5	15,1
1994	1,6	7,1	11,9	36,0	18,3
1995	1,7	6,6	12,5	39,5	18,8
1996	1,8	6,7	11,2	34,7	18,2
1997	1,8	6,6	12,4	36,2	19,3
1998	2,0	3,8	11,3	36,7	20,5
1999	2,3	6,2	11,9	37,1	24,0

Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal (1990-96) e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (1997-99).

No período subsequente ao Plano Real, vários frigoríficos anunciaram sua expansão nos Estados do CO, reforçando a especialização dessa região no CAI de grãos e carnes. Porém, o principal investimento foi o do Grupo Perdigão na produção de carnes de frangos e suínos em Rio Verde (GO). Também foram realizados investimentos da Unilever na produção de

atomatados que, juntamente com a instalação do Grupo Perdigão, atraiu alguns fornecedores de embalagens (Orsa, Videplast e Brasilata) para este município localizado no sudoeste de GO.

A Região Centro-Oeste também atraiu, no período pós 1994, investimentos de empresas de outros setores industriais, que por sua vez, se localizaram preferencialmente em GO. Dentre estes, mereceram destaque os investimentos da Copebrás, da Cameco/John Deere (colheitadeiras) e MMC/Mitsubishi (veículos utilitários) no município de Catalão. Por outro lado, em conformidade com as mudanças nas tendências de localização do setor têxtil e do aumento da oferta de algodão no CO, algumas empresas têxteis das regiões Sul e Sudeste também se instalaram no Centro-Oeste (Nellitexsul e Cortex no MS; Fiasul no MT; Vicunha, Malharia Mans, Hering e outras em GO).

As vendas externas do CAI soja (soja em grãos, farelo e óleo de soja) aumentaram suas participações na pauta de exportação da Região Centro-Oeste, entre 1990-93. Após a valorização cambial em 1994, houve queda nas participações das vendas do CAI soja, sendo que a maior redução ocorreu nas exportações de soja em grãos de 36,31% em 1994 para 16,5% em 1995. Entre 1997-99, esses percentuais foram recuperados.

No início de 2002, algumas empresas do segmento de processamento de grãos como Bunge, ADM, Grupo Algar, Louis Dreyfus anunciaram investimentos em GO, MT e MS. Os anúncios ocorreram em função das expectativas de crescimento da produção de soja no CO, de aumento das exportações de farelo de grãos para a Europa e de aumento da demanda interna de farelo de grãos por parte dos frigoríficos. Dentre as mais recentes intenções de investimento, pode-se destacar também os projetos no setor farmacêutico (Teuto e Neo Química) em GO visando o mercado de medicamentos genéricos.

Região Nordeste

A estrutura produtiva industrial nordestina aumentou sua complexidade o que, por sua vez, consolidou uma nova realidade econômica caracterizada pela presença de áreas de maior dinamismo relativo, responsáveis por grande parte do desempenho econômico regional. São elas: o complexo petroquímico de Camaçari na BA; o pólo têxtil de Fortaleza; as atividades metalúrgicas do MA, vinculadas ao complexo minero-metalúrgico de Carajás (PA); o pólo agroindustrial de Petrolina (PE)/Juazeiro (BA); a agricultura moderna de grãos no oeste da BA; e as áreas de fruticultura irrigada do Vale Açu/Mossoró (RN).

Na década de 90, embora grande parte dos investimentos no período após o Plano Real tenha ocorrido de forma concentrada nos setores de suas especializações produtivas, a Região Nordeste também recebeu investimentos dos setores automobilístico, vinícola e de calçados.

Devido à distância desses pólos em relação ao principal mercado consumidor de produtos petroquímicos, os segmentos de maior complexidade da indústria química continuaram concentrados em São Paulo.

Mesmo não tendo sido implementados os projetos iniciais de adensamento da cadeia produtiva do complexo químico, os impactos da instalação do pólo petroquímico sobre a estrutura industrial da BA foram importantes. Em 1985, a fabricação de produtos químicos era responsável por 33,7% do VTI estadual. Em 1998 este percentual aumentou para 40%.

Apesar da concorrência com os novos projetos de investimento e dos entraves institucionais causados pela privatização da COPENE, alguns investimentos foram realizados no pólo petroquímico de Camaçari/BA. Dentre estes, a ampliação da capacidade de produção da Oxiteno e a instalação da fábrica de matérias-primas para fertilizantes da Monsanto. No entanto, o projeto de aumentar a capacidade de produção de nafta, principal obstáculo à expansão deste pólo, ainda não foi implementado.

As atividades da cadeia produtiva do alumínio no MA fazem parte das operações da CVRD na Região Norte. A bauxita extraída pela Alunorte, em Oriximiná (PA) e escoada através da Estrada de Ferro-Carajás é transformada em alumínio primário em São Luis (MA), de onde segue para o mercado externo.

Outro setor obrigatório para se abordar, quando se discute a questão dos investimentos realizados recentemente no nordeste é a indústria têxtil e de confecções. O Ceará concentra parte expressiva das plantas regionais desta indústria, sendo que estas estão localizadas principalmente na região metropolitana de Fortaleza. Assim como em todo o País, no início dos anos 90, a indústria têxtil do CE sofreu os impactos negativos da abertura comercial e do aumento da concorrência com os produtos têxteis importados. Em conjunto, a participação relativa das atividades do complexo têxtil (Fabricação de Produtos Têxteis e Confecção de Artigos do Vestuário) na estrutura industrial do CE diminuiu de 38,6% em 1985 para 23,6% em 1997. No VTI nacional da indústria têxtil este Estado perdeu participação na Confecção de Artigos do Vestuário (de 4,9% em 1985 para 3,7% em 1998) em que estão incluídos os segmentos de maior valor agregado da cadeia produtiva têxtil.

Foram importantes para a atração dessas empresas, os incentivos concedidos no âmbito da SUDENE (isenção do IR por 10 anos) e os benefícios fiscais concedidos pelos vários Estados do NE, sobretudo pelo CE. Além dos incentivos, os Estados que receberam investimentos atuaram, em parceria com as empresas do setor têxtil, no treinamento da mão-de-obra e na introdução de cooperativas de trabalhadores. Parte significativa da mão-de-obra

utilizada nessas cooperativas possui baixo grau de instrução, é remunerada de acordo com a sua produção e isenta de encargos sociais e trabalhistas.

Tabela 2 - Participação das Macrorregiões Brasileiras na Produção Nacional da Indústria Têxtil, por segmentos (1995-1999) (em %).

	Tecelagem		Fiação		Malharia		Confecções	
	1995	1999	1995	1999	1995	1999	1995	1999
Centro-Oeste	0	1	0	0	1	1	2	3
Sul	11	14	18	18	57	58	19	23
Sudeste	68	58	48	40	39	38	64	58
Nordeste	17	23	30	40	2	2	8	11
Norte	4	4	3	2	0	0	6	5
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Instituto de Estudos e Marketing Industrial - IEMI.

No período pós-Plano Real, alguns investimentos no esmagamento de grãos e na produção de carnes foram anunciados nessa região. Contribuíram para o anúncio destes projetos o aumento da produção regional de grãos, a concessão de incentivos fiscais e o menor custo relativo da mão-de-obra. Dentre estes anúncios, mereceram destaque os projetos de instalação de unidade de abate de aves e a fábrica de rações da Avipal, em Feira de Santana (BA). Mas, por outro lado, a Ceval já instalada no oeste baiano, fechou sua unidade de produção de carnes e expandiu a sua capacidade de esmagamento de soja. Isto ocorreu em conformidade com a estratégia desta empresa de focalização dos negócios nas atividades de processamento de soja, após sua incorporação pela Bunge Alimentos. Recentemente, essa empresa anunciou investimentos na instalação de unidade de esmagamento de soja em Uruçuí (PI).

Grandes empresas do setor calçadista se instalaram na Região NE (Quadro1). Além da possibilidade de produzir com custos salariais menores, foram importantes para a realização desses investimentos os incentivos fiscais e financeiros dos governos estaduais e a expansão do mercado nessa região, após o período de estabilização de preços. As fábricas de calçados foram instaladas nos Estados do CE, BA, PB, PE, SE e RN. Porém, a BA e o CE foram os que mais receberam investimentos de empresas neste setor.

Quadro 1 - Principais Empresas de Calçados Instaladas no Ceará e na Bahia.

Estado	Empresa
Bahia	Calçados: Azaléia, Calçados Bibi, Bison/Via Uno, Calçados Botero, Calçados Cariri, Daybi, Calçados Henrich Cia, Calçados Jacob (Kildare), Calçados Leve, Maidê, Calçados Picadilly, Ramarin, Calçados Reicher, Calçados Reifer, Schmidt & Irmãos, Calçados Trevo do Brasil, Texas Bool, Calçados Turin, Vadmello, Irwin Ind. e Coml., Paquetá, Cambuci, Calçados Andreza. Fornecedores de Componentes para Calçados: Sadesa, FCC, Sisa do Brasil.
Ceará	Calçados: Paquetá, Dakota, Grendene, Vulcabrás, Musa Calçados, HB Betarello, Democrata, Aniger, Dilly.

Fonte: Bahia Investimentos, Março/98; BNDES - Informe Setorial Calçados, Maio/1998.

Por fim, cabe lembrar os investimentos automobilísticos. A Amazon da Ford, inaugurada em 2001, tem capacidade de produção de 250 mil veículos/ano, sendo que foram contratados 500 operários pela montadora e 500 pelos fornecedores que lá se instalaram. Dentre os projetos de investimento das empresas fornecedoras, a Pirelli planeja aumentar a produção de pneus em Feira de Santana (BA). Porém, apesar do anúncio de investimentos no setor de autopeças, grande parte das peças e componentes virá da unidade da Ford em São Bernardo do Campo no ABC paulista.

Região Sul

Entre os anos 70 e 80, a maior integração da Região Sul à estrutura produtiva nacional ocorreu através da introdução e da expansão de segmentos industriais, bem como da diversificação agrícola (modernização da base técnica da produção e da expansão das lavouras de grãos de maior atratividade no mercado externo e com forte integração *a montante* e *a jusante*). Estas mudanças resultaram na diversificação da base produtiva dos três Estados sulinos com o aumento da participação dos setores: Metal-Mecânico (material elétrico, de transporte e máquinas e implementos agrícolas); de Alimentos, principalmente, do CAI de grãos e carnes; de Calçados; e de Papel, Celulose e Mobiliário. No que se refere à organização espacial destas atividades, com exceção de SC, onde a localização da produção industrial é menos concentrada, no RS e no PR, a expansão industrial em seus territórios ocorreu similarmente ao processo de “desconcentração espacial e setorialmente concentrada” da indústria brasileira, isto é, privilegiando restritas parcelas do território.

No PR os investimentos realizados nos anos 90, principalmente no segmento de material de transporte, reforçaram a concentração industrial na RMC. Para tal, foram importantes os investimentos em novas montadoras de automóveis Renault e VW-Audi, que se instalaram em São José dos Pinhais.

Embora SC não tenha atraído fluxos de investimento significativos, ocorreram importantes mudanças na estrutura produtiva intra-estadual. Estas alterações estiveram relacionadas à intensificação das transformações dos setores produtivos mais importantes da estrutura produtiva estadual que já vinham ocorrendo desde os anos 80, principalmente, aquelas relacionadas à transferência de investimentos do setor têxtil e do CAI de grãos e carnes deste Estado para outras regiões do País. Estes setores ainda mantêm sua importância relativa na produção industrial de SC, mas os impactos dessas transformações vêm determinando um movimento migratório das sub-regiões especializadas com destino aos municípios da faixa litorânea (Lins, 1998).

As principais mudanças no complexo metal-mecânico da Região Sul ocorreram em função da instalação de novas montadoras automobilísticas no RS (GM, em Gravataí) e no PR (Renault e VW-Audi, em São José dos Pinhais).

Em termos da distribuição regional dos investimentos em novas plantas automobilísticas, a maior parte desses foram destinados ao PR, que recebeu investimentos de três novas plantas. A instalação de novas montadoras no interior do Estado de São Paulo e em outros Estados ocorreu em detrimento do parque automobilístico do ABC paulista. Apesar das mudanças locacionais, os investimentos mais significativos se destinaram a Estados onde já estavam presentes algumas montadoras (MG, PR e RS).

O Quadro abaixo resume a distribuição regional dos investimentos em novas plantas do setor automobilístico entre 1996 e 2001.

Quadro 2 – Brasil: Distribuição Regional das Novas Plantas Automobilísticas (1996-2001)

Local	Montadora	País de Origem	Data de Operação	Investimento Previsto (US\$ milhões)	Capacidade anunciada
ABC Paulista					
São B. do Campo	BMW/Rover	Alemanha	1998	150	15.000
Interior de São Paulo					
São Carlos*	VW	Alemanha	Em operação	250	300.000
Mogi das Cruzes**	GM	EUA	paralisada	150	-----
Indaiatuba	Toyota	Japão	1999	150	15.000
Sumaré	Honda	Japão	Em operação	100	30.000
Itu	Kia	Coreia	paralisada	50	10.000
Bahia					
Camaçari	Ford	EUA	2000	1300	250.000
Goiás					
Catalão	Mitsubishi	Japão	1998	35	10.000
Paraná					
São José dos Pinhais	Renault	França	1999	750	100.000
São José dos Pinhais*	Renault/Nissan	França/Japão	2001	200	-----
São José dos Pinhais	VW/Audi	Alemanha	1999	600	120.000
Campo Largo*	Chrysler/BMW	EUA/Alemanha	2000	600	400.000
Campo Largo	Daimler/Chrysler	Alemanha/EUA	fechada	315	12.000
Minas Gerais					
Juiz de Fora	Daimler	Alemanha	1999	820	70.000
Betim*	Fiat	Itália	1998	500	500.000
Sete Lagoas	Iveco	Itália	1998	250	20.000
Belo Horizonte	Fiat	Itália	1999	200	100.000
Rio de Janeiro					
Porto Real	Peugeot	França	2000	600	100.000
Resende	VW	Alemanha	Em operação	250	50.000
Rio Grande do Sul					
Gravataí	GM	EUA	1999	600	120.000
Caxias do Sul	Navistar	EUA	1998	50	5.000

Fonte: ARBIX (2000).

(*) Produção de Motores.

(**) Produção de Autopeças.

Em razão da crise atual do setor automobilístico, as estratégias de algumas empresas têm se concentrado na transformação do Brasil em plataforma de exportação de alguns produtos e componentes (Miranda, 2001). Em conformidade com esta mudança estratégica, a Renault decidiu redirecionar suas exportações de motores, anteriormente destinadas à

Argentina, para suas montadoras no México e na Europa. Esta empresa, em parceria com a Nissan, também inaugurou em 2002 uma planta de utilitários no PR. A GM, por sua vez, vai instalar mais uma linha de produção em Gravataí (RS) para fabricar seus veículos em kits de unidades desmontadas para exportação.

No RS, os setores do complexo metal-mecânico estão vinculados à produção de máquinas e equipamentos agrícolas. Com destaque para as empresas de tratores e colheitadeiras: AGCO em Canoas e Santa Rosa; SLC/John Deere, em Horizontina; Agrale, International e Navistar, instalada em 1998, em Caxias do Sul. Contudo, entre 1985-98, o setor de Máquinas e Equipamentos perdeu participação relativa na estrutura industrial do RS (de 12,14% para 10,87%).

Em SC, as atividades mais importantes do complexo metal-mecânico estão vinculadas aos setores de Máquinas e Equipamentos e de Aparelhos e Material Elétrico. Estas atividades estão localizadas, em grande parte, nos municípios de Joinville e Jaraguá do Sul. Neste pólo originaram-se grandes empresas nacionais (Cônsul, Weg, Embraco, Busscar, Tupy), formando um pólo eletro-metal-mecânico na região norte desse Estado.

Os efeitos da abertura comercial e a valorização cambial foram significativos nesse pólo. Com destaque para a incorporação da Tupy por um grupo formado por fundos de pensão e bancos, em 1995, implicando no fechamento de unidades produtivas e redução do número de empregados principalmente em Joinville, cidade mais importante do pólo (Goularti Fº, 2001). No entanto, os impactos foram diferenciados de acordo com a capacidade competitiva das empresas do pólo. As pequenas e médias empresas de autopeças, que possuem uma certa competitividade no mercado internacional, realizaram parcerias com empresas internacionais para estabelecer acordos comerciais e de transferência de tecnologia. Porém, apesar do bom desempenho das empresas de menor porte, o melhor dinamismo foi atribuído à atuação das grandes empresas do segmento de compressores e motores elétricos que compõem este pólo, Weg e Embraco, que, ao longo dos anos 90, intensificaram suas estratégias de internacionalização com a instalação de filiais no exterior e de acordos de cooperação tecnológica e produtiva com outras empresas estrangeiras (Lins e Bercovich, 1995).

Quanto ao setor de papel e celulose cabem destaque: SC – papéis de embalagem e papéis sanitários; PR – papéis de embalagem, cartões e papel de imprensa (único Estado produtor deste tipo de papel); e RS – celulose de mercado.

Com relação à participação do setor de Papel e Celulose dos Estados sulinos no VTI nacional não houve mudanças significativas em seus percentuais relativos. Também não foram muito importantes as mudanças nas participações deste setor nas estruturas industriais

estaduais. O Estado de São Paulo, apesar da pequena queda em sua participação no VTI nacional (de 57,3% em 1985 para 55,2% em 1998), ainda concentra mais da metade da produção do setor. Isto se deve, principalmente à concentração neste Estado dos segmentos de papéis de imprimir e escrever. O maior ganho de participação no VTI nacional de Papel e Celulose foi da BA, em razão da implantação da fábrica de celulose Bahia-Sul.

No que se refere à distribuição regional dos novos projetos de investimento em celulose de mercado esta também não indicou mudanças relevantes na configuração regional da produção. Na Região Sul, merece destaque o investimento em ampliação da capacidade produtiva da Riocell na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Quadro 3 – Brasil: Distribuição Regional dos Projetos de Expansão de Capacidade Produtiva do Setor de Celulose de Mercado (1996-2000).

Projetos	Região
Aracruz	Aracruz (ES)
VCP	Jacaré (SP)
Bahia-Sul	Mucuri (BA)
Riocell	Guaíba (RS)
Cenibra	Belo Oriente (MG)
Veracel	Mucuri (BA)

Fonte: Associação Brasileira de Celulose e Papel.

Analisando o complexo coureiro-calçadista, cabe lembrar sua expansão no RS, que vem se processando desde os anos 70/80, tendo por base a consolidação de uma grande aglomeração setorial-regional. Concentram-se nessa região quase todos os segmentos inter-relacionados ao este complexo, desde a produção de couro e componentes, de máquinas e equipamentos e até os segmentos da produção final de calçados.

Como resultado, as exportações de calçados perderam participação relativa nas exportações totais da Região Sul. Em 1993, as vendas externas de calçados representavam 16,47% da pauta de exportação do Sul. Já em 1999, esse percentual caiu para 9,85%. Por outro lado, o RS aumentou sua participação no VTI nacional da Fabricação de Calçados de 49,9% em 1985 para 57% em 1998 e, ainda continua sendo responsável por mais de 80% das exportações brasileiras de calçados.

Finalmente, cabe lembrar a indústria têxtil de SC, em grande parte concentrada no Vale do Itajaí (Blumenau, Brusque e Itajaí), que desenvolveu-se com base na verticalização de suas empresas, compreendendo desde os segmentos da fiação até a confecção. Grandes empresas da indústria têxtil e vestuário nacional se originaram nesta região (Teka, Artex, Karsten, Buettner, Malwee, Marisol e Hering). No setor têxtil e do vestuário localizado no Vale do Itajaí, estes processos implicaram numa redução no valor exportado entre 1995 e 1998 e no total produzido entre 1997 e 1998.

Região Sudeste

As novas perspectivas ligadas aos investimentos pós-1994, especialmente nos setores químico, automobilístico e de extração de petróleo, indicaram alguma inflexão da histórica perda de dinamismo econômico do Estado do Rio de Janeiro verificada nas décadas anteriores. Deve-se ressaltar a importância da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e do Sul deste Estado como localidades de maior atratividade em relação às regiões Norte e Noroeste Fluminense. Dentre os investimentos planejados entre 1997-99 para a RMRJ mereceram destaque aqueles relacionados ao setor químico (Glaxo Wellcome, FCC, Acioquímica, Oxigênio do Brasil, Smithkline, StaffFord-Miller, Rio Polímeros, Petroflex, Bayer), metalúrgico (Ciferal, Gerdau, Fertiplant, Nebraska), de minerais não-metálicos (Art Fergi, Knauf), de autopeças (Michelin, Global River, Seateck) e de bebidas e alimentos (Kaiser, Generalli, Wickbold). Os investimentos no setor automobilístico concentraram-se no Sul Fluminense. Foram instaladas duas montadoras nesta região: VW, em Resende e Peugeot-Citroën, em Porto Real (município desmembrado de Resende). Nesta mesma região também foram anunciados investimentos da CSN e da White Martins, em Volta Redonda.

No que se refere à atração de montadoras automobilísticas para território fluminense, a VW iniciou suas atividades em 1995 e foi a primeira a implementar no país o moderno sistema de produção denominado de consórcio modular. As empresas fornecedoras de autopeças desta fábrica que produz caminhões e ônibus, em sua maioria, estão localizadas em São Paulo. Quanto aos fornecedores da Peugeot-Citroën, esta firmou contrato com a Renault para o fornecimento de motores que são produzidos na fábrica de São José dos Pinhais no Paraná. Com a crise argentina, a Peugeot-Citroën reformulou suas estratégias e deslocou para o Brasil grande parte da produção dos veículos antes fabricados em Buenos Aires. Do mesmo modo, seguindo a estratégia de transformar o Brasil em base de exportação, também deslocou a produção de motores da França para Porto Real. Com a instalação da VW, a participação no VTI nacional do RJ na Fabricação e Montagem de Veículos Automotores aumentou de 1,1%, em 1985, para 4%, em 1998.

Com relação aos investimentos em extração de petróleo, as perspectivas de melhoria da situação econômica do RJ e de alguns municípios localizados no litoral norte deste Estado (Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras) surgiram com o aumento da arrecadação de *royalties* e das participações especiais. A importância destes recursos pode ser verificada na tabela a seguir pela participação expressiva do RJ no total nacional da produção marítima de petróleo ao longo dos anos 90.

Tabela 3 – Brasil: Produção de Petróleo, segundo Unidades da Federação, (1990-1999) (em %).

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Mar	70,23	71,42	70,57	71,58	73,11	73,81	74,73	76,30	78,17	80,09
Ceará	2,05	2,08	2,27	2,09	1,95	1,93	1,51	1,43	1,17	1,03
Rio Grande do Norte	2,14	1,95	2,08	1,79	1,63	1,65	1,20	0,99	0,84	1,22
Alagoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,06	0,06	0,07
Sergipe	1,80	1,61	1,47	1,34	1,30	1,24	1,06	0,88	1,08	1,23
Bahia	0,51	0,35	0,37	0,30	0,23	0,28	0,29	0,24	0,17	0,05
Espírito Santo	0,40	0,41	0,35	0,39	0,30	0,36	0,12	0,09	0,06	0,04
Rio de Janeiro	63,33	64,98	63,71	65,16	66,11	67,59	68,62	70,98	73,60	75,77
São Paulo	0,00	0,00	0,00	0,28	0,62	0,55	0,65	0,49	0,35	0,46
Paraná	0,00	0,04	0,32	0,23	0,92	0,22	1,29	1,15	0,84	0,23
Santa Catarina	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Agência Nacional do Petróleo – ANP.

Quanto ao Estado de Minas Gerais, durante a década de 90, as mudanças no complexo minero-siderúrgico de MG estiveram relacionadas à privatização das empresas estatais e ao aumento da concentração e da concorrência intra-setorial, que ocorreram em conformidade com as tendências mundiais do setor. No Brasil, o processo de privatização e a reestruturação patrimonial levaram a uma maior concentração dando origem a uma estrutura comandada por cinco grandes grupos, com grande participação das empresas siderúrgicas do Estado de Minas Gerais. Estes cinco grupos detêm cerca de 95% da produção siderúrgica nacional. São eles: Usiminas/Cosipa, Gerdau/Açominas, Usinor-Acesita/CST, Belgo-Mineira/Mendes Júnior e CSN. Após a privatização, as principais estratégias de investimento destes grupos estiveram relacionadas à modernização tecnológica de suas usinas e à diversificação de produtos, objetivando tanto a conquista de novos mercados como a manutenção de competitividade no mercado externo e o suprimento do mercado interno. Diante dessas estratégias de investimento e da própria rigidez locacional da indústria siderúrgica, não houve mudanças expressivas nas tendências regionais dos investimentos realizados após a privatização.

Além da expansão da produção da FIAT, surgiram novas perspectivas de ampliação da participação do segmento automobilístico na estrutura produtiva de MG. Estas perspectivas estiveram relacionadas à atração de novas montadoras para o Estado (Mercedes-Benz, em Juiz de Fora – Zona da Mata e Iveco/Fiat Spa, em Sete Lagoas – Sul de Minas). A participação de MG nos investimentos totais da automobilística realizados pós-98 foi de 22%, sendo que a participação no total dos investimentos em novas plantas foi de 19%. No entanto, as perspectivas em termos de desenvolvimento regional, verificadas pela atração destes investimentos, não têm se concretizado. Diante da retração das vendas de seus veículos para o mercado interno e externo, a Mercedes Benz anunciou a demissão de funcionários em 2002.

Também em função da retração do mercado interno, a FIAT tem revisto suas metas de produção, o que, por sua vez, repercutiu em paralisação de suas atividades e férias coletivas para os funcionários.

Passando à análise das principais transformações ocorridas no Estado de São Paulo, cabe lembrar que é esta Unidade da Federação que apresenta a estrutura produtiva mais complexa e diversificada do País. Aí estão localizados os setores mais importantes e estratégicos da estrutura produtiva nacional e concentrados os segmentos mais modernos e de maior valor agregado da indústria de transformação. O papel central na DIRT brasileira ainda é mais reforçado pelo fato de ser também o principal núcleo financeiro e comercial e a sede dos escritórios das grandes empresas e grupos econômicos atuantes no País.

No período entre 1985-98, a participação relativa do Estado de São Paulo no VTI nacional permaneceu em torno de 50%. As principais mudanças ocorreram no âmbito intra-estadual. Houve redução da participação relativa da região metropolitana no VTI nacional, de 29,6% em 1985 para 26,0% em 1998, explicada pela redução da participação da capital em relação aos demais municípios desta região e aumento da participação relativa do Interior de São Paulo no VTI nacional de 22,7% para 25,2%. Em termos intra-setoriais, estão concentrados neste Estado os segmentos de maior complexidade tecnológica e de maior valor agregado da estrutura da indústria de transformação nacional. São Paulo concentra nove segmentos de maior valor agregado de alguns setores do Grupo I e dezoito do Grupo II. Com exceção de apenas sete segmentos, aí estão concentradas todas as divisões dos setores do Grupo III.

Por outro lado, as informações constantes na PIA 1998 não refletem ainda os novos investimentos da indústria automobilística que determinaram uma tendência de desconcentração do setor no sentido de outros Estados como PR, RS, RJ e MG. Movimento que também ocorreu no sentido do Interior de São Paulo, onde foram instaladas novas plantas industriais em São Carlos e na Região de Campinas. Embora tenham ocorrido mudanças nas tendências locacionais das montadoras, O Estado de São Paulo foi responsável por 45% dos investimentos totais do setor automobilístico, que incluem modernização e ampliação de plantas.

Tratando do Estado de São Paulo, torna-se obrigatório a análise, em separado, da estrutura produtiva das regiões de seu interior. Em 1985, os segmentos que apresentavam maior participação relativa na estrutura industrial do Interior de São Paulo eram: Grupo I - Alimentos e Bebidas e Produtos Têxteis; Grupo II - Refino de Petróleo e Produção de Álcool, Fabricação de Produtos Químicos e Metalurgia Básica; e Grupo III - Máquinas e

Equipamentos, e Montagem de Veículos Automotores. Durante os anos 90, as mudanças no cenário macroeconômico tiveram efeitos negativos sobre alguns desses setores.

A participação relativa da Fabricação de Produtos Têxteis na indústria de transformação do Interior foi reduzida pela metade, de 6,6% em 1985 para 3,4% em 1998.

Os complexos agroindustriais (cana-de-açúcar, soja, carne, laranja) do Interior de São Paulo, assim como em todo País, também passaram por transformações importantes nos anos 90. No CAI soja, o deslocamento das lavouras e a realização de investimentos em novas unidades de esmagamento em outras regiões brasileiras (Centro-Oeste, Norte e Nordeste) ocorreram em detrimento do Interior de São Paulo e das demais regiões produtoras do Sudeste e do Sul.

Apesar dessas mudanças, entre 1985-98, houve aumento da participação relativa da Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas na estrutura industrial do Interior (de 13,5% para 20,6%).

No que se refere aos setores de maior complexidade tecnológica, estes estão concentrados nas regiões de Campinas, São Carlos e São José dos Campos. Embora sejam considerados “pólos regionais de alta tecnologia” do País, a presença de empresas de base tecnológica não é muito importante no conjunto das indústrias locais. Essas regiões, sobretudo as de Campinas e de São José dos Campos, possuem estruturas industriais diversificadas nas quais se destacam segmentos importantes dos complexos metal-mecânico, químico e agroindustrial.

Na região de Campinas, entre as atividades industriais de maior complexidade tecnológica, são mais representativos os setores de informática e de equipamentos para telecomunicações. Nos anos 90, tais setores foram alvo de um certo volume de investimentos estrangeiros tendo em vista uma série de fatores como: as alterações no regime de políticas setoriais (fim da reserva de mercado e concessão de incentivos fiscais no âmbito da Lei de Informática); as mudanças nas políticas de compra das estatais; o programa de expansão dos serviços de telecomunicações implementado após a privatização do sistema Telebrás; a valorização cambial; e o aumento do mercado interno de bens de consumo duráveis (microcomputadores e celulares). A decisão pela instalação de grandes empresas dos setores de informática e de equipamentos para telecomunicações na região de Campinas, através da aquisição de empresas locais, *joint ventures* e expansão de capacidade produtiva, esteve mais vinculada à infra-estrutura logística de recebimento de cargas do exterior (peças e componentes), principalmente do Aeroporto de Viracopos do que às vantagens locais desta região (existência de capacitações acumuladas por empresas pioneiras, de universidades,

de centros de pesquisa, de mão-de-obra especializada, de rede de fornecedores locais). Apesar da realização desses novos investimentos, é importante considerar a deterioração significativa do saldo da balança comercial dos setores de informática e de equipamentos para telecomunicações que ocorreu a partir da segunda metade dos anos 90.

Em São José dos Campos, as atividades industriais de maior complexidade tecnológica estão vinculadas aos empreendimentos do setor aeronáutico liderados pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer). Nos anos 50 e 60, os investimentos do Governo Federal em atividades bélicas e aeroespaciais foram fundamentais para o desenvolvimento da indústria aeronáutica nessa região. As principais iniciativas nesse sentido foram a criação do Centro Tecnológico de Aeronáutica (CTA), do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e da própria Embraer. Entre os projetos de investimento mais recentes da Embraer está prevista a construção de uma nova planta no município de Gavião Peixoto, próximo a Araraquara e São Carlos. Será desenvolvido nesta unidade o programa de produção de caças supersônicos (FX-BR). A Tamesa e CMB, empresas fornecedoras de equipamentos e componentes para aviação, também anunciaram investimentos no entorno desta fábrica. A instalação da unidade produtiva da Embraer em Gavião Peixoto reforçará o potencial da região de São Carlos no que se refere à presença de setores de maior complexidade tecnológica. Entre os projetos de investimento nesse setor em São Carlos, o mais importante é a implantação de um condomínio de empresas de base tecnológica integrado às duas universidades, como iniciativa da Fundação Parque de Alta Tecnologia (ParqTec).

Em suma, na década de 90, o Interior de São Paulo permaneceu sendo mais atrativo do que a RMSP no que se refere à realização de novos investimentos, sobretudo em setores de maior valor agregado e de maior complexidade tecnológica (material de transporte, equipamentos para telecomunicações e informática) privilegiando as regiões de Campinas e São José dos Campos.

Considerações Finais

Em interessante estudo recente, Caiado (2002) sugere como exercício alternativo à utilização dos índices de produção física da PIM, a compatibilização dos resultados da PIA (Pesquisa Industrial Anual) - reformulada a partir de 1996 e disponibilizada em 2000 - com o Censo Industrial de 1985⁴. Porém, adverte para o fato de que esta base de informações representa apenas um exercício metodológico e que os efeitos das alterações na estrutura de

⁴ Para tal, foi necessário o reprocessamento dos microdados para contornar as diferenças de metodologias de Classificação das Atividades Econômicas entre o Censo Industrial/1985 e a CNAE/1994. Para maiores detalhes, verificar Apêndice Metodológico de CAIADO (2002).

preços e no *mix* de produtos não são satisfatoriamente contemplados pela atualização das informações do Censo Industrial de 1985. Para tal, seria necessária a realização de um novo Censo Industrial.

Os quadros I e II sintetizam os resultados da compatibilização do Censo Industrial de 1985 com os dados do Valor da Transformação Industrial da PIA a partir de 1996, para a estrutura industrial nacional e regional..

Quadro 4 - Resultados da compatibilização do Censo Industrial/1985 com os dados do VTI da PIA/1998 para a Estrutura Industrial Brasileira (1985-1998)

- Principais alterações na Indústria Geral (IG):
 - Redução da participação da Indústria Extrativa Mineral (IEM) de 8,9% para 6,3%, e ampliação da participação da Indústria de Transformação (IT) de 91,1% para 93,7%.
- Principais alterações na estrutura da IEM:
 - Redução da participação da Extração de Petróleo de 6,5% para 1,8% e ampliação da participação da Extração de Minerais Não-Metálicos de 1,2% para 2,9%.
- Principais alterações na estrutura da IT:
 - Crescimento da participação do Grupo I - Indústrias produtoras de Bens de Consumo Não-Duráveis (de 29,8% para 33,5%); neste grupo houve ampliação da participação das divisões: Alimentos e Bebidas (de 12,3% para 18, 6%); Edição, Impressão e Reprodução de Gravações (de 2,1% para 5,5%) e redução da participação das divisões: Têxtil (de 6,5% para 3,2%); Vestuário (de 3,3% para 2,3%); Móveis e Diversos (de 3,2% para 2,4%); Couro e Calçados (de 2,4% para 1,9%);
 - Redução da participação do Grupo II - Indústrias produtoras de Bens Intermediários (de 46,6% para 42,2%); neste grupo houve ampliação da participação da Química (de 11,7% para 13,2%) e redução da participação das divisões: Metalurgia Básica (de 8,7% para 5,8%); Fabr. de Coque, Ref. de Petróleo, Elab.de Combustíveis Nucleares e Prod. de Álcool (de 8,3% para 5,3%);
 - Crescimento da participação do Grupo III - Indústrias de Bens de Capital e de Consumo Durável (de 23,6% para 24,1%); neste grupo houve redução da participação das seguintes divisões: Máquinas e Equipamentos (de 8,0% para 6,8%); Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico (de 3,3% para 3,2%) e ampliação da participação da Fabricação e Montagem de Veículos (de 5,6% para 8,1%).

Fonte: CAIADO (2002).

Quadro 5 - Resultados da compatibilização do Censo Industrial/1985 com os dados do VTI da PIA/1998 para a Estrutura Industrial Regional Brasileira (1985-1998).

- Principais alterações na participação da Indústria Geral, segundo Macrorregiões e Unidades da Federação:
 - Redução da participação do Sudeste (de 57,3% para 41,4% na IEM; e de 72,5% para 70,3% na IT) e Nordeste (de 25,9% para 8,9% na IEM; e de 8,5% para 7,0% na IT).
 - Continuidade da desconcentração industrial a partir do Sudeste no sentido da Região Sul;
 - Redução da participação de SP, RJ, PE, BA, RN e SE na IT nacional.
- Principais alterações na distribuição regional da IT, segundo as categorias de uso:
 - Bens de Consumo Não-Duráveis – Ampliação da concentração no Sudeste das seguintes divisões: Alimentos e Bebidas, Gráfica e Vestuário. Desconcentração: da Indústria de Fumo para os Estados do Sul, com redução da participação de SP e RJ; da Têxtil para SC e CE, com redução da participação de SP e RJ; de Calçados e Couro para RS, CE e PB, com perda de participação de SP, PE e SC;
 - Bens Intermediários – Reconcentração da Química em SP, com redução da participação da BA, RJ, SE e RS; Ampliação da participação do Nordeste em Papel e Celulose.
 - Bens de Capital e Bens de Consumo Duráveis – Ampliação da participação de SP, MG e BA na Indústria de Máquinas para Escritórios e Equipamentos de Informática; Ampliação da participação de SP, PR, SC e MG na Indústria de Material Eletrônico e de Aparelhos de Comunicações, com perda de participação do AM, RJ, PE e RS; Ampliação da participação de MG, RS e RJ e redução da participação de SP na Indústria Automobilística; Redução da participação do RJ e ampliação de SP e AM na Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte; Ampliação da participação do PR e SC e redução de SP, RJ e RS na Indústria de Máquinas e Equipamentos.

Fonte: CAIADO (2002).

Apesar dos esforços na busca de bases de dados alternativas, ainda permanecem como problemas para os estudos da temática regional brasileira as restrições relacionadas ao recorte

regional. A problemática está ligada à inadequação da desagregação regional dos indicadores econômicos oficiais (PIB, VTI, e outros) que é feita com base na divisão do território nacional em Macrorregiões e Unidades da Federação. O que, cabe sempre ressaltar, dificulta sobremaneira a análise da distribuição regional das atividades econômicas, segundo outros recortes territoriais. Isto ocorre não só pela grande dimensão territorial do País e pelas diferenças inter-regionais (históricas, econômicas, sociais, geográficas), mas também pelo aumento dessas diversidades em termos intra-estaduais durante os processos de concentração e desconcentração regional.

É bom lembrar que a reestruturação produtiva e as estratégias implementadas pelos grandes grupos empresariais atuantes no País resultaram na perda de dinamismo econômico de algumas *especializações regionais*, reduzindo seu potencial, em termos do desenvolvimento regional e de geração de capacidade produtiva nova, sendo que, em diversos casos, já se apresentava reduzido durante o processo de desconcentração industrial. São exemplos, a Zona Franca de Manaus (Norte) e o Pólo Petroquímico de Camaçari (Nordeste).

Os investimentos anunciados/realizados, ao mesmo tempo em que confirmaram tendências de períodos anteriores, reforçando algumas *especializações regionais*, também marcaram novas tendências locacionais, como no caso da indústria automobilística no Paraná e da petroquímica no Rio de Janeiro. A análise do desempenho dos principais setores produtivos das macrorregiões brasileiras e da distribuição regional das intenções de investimento confirma a configuração de uma dinâmica regional caracterizada tanto por tendências de desconcentração como de reconcentração regional de alguns setores.

Algumas mudanças na DIRT manifestaram-se através de tendências de desconcentração regional de setores tradicionais, intensivos em mão-de-obra pouco qualificada e recursos naturais (alimentos, bebidas, têxteis, calçados, etc.), no sentido das regiões menos desenvolvidas, e no setor de material de transporte que se manteve dentro dos limites das regiões Sul e Sudeste, com exceção dos investimentos realizados na Bahia (Ford em Camaçari) e em Goiás (Mitsubishi e John Deere em Catalão). Nos setores produtores de bens intermediários, os investimentos realizados/planejados no segmento de celulose de mercado também indicaram uma tendência de desconcentração em direção à Região Nordeste (sul da Bahia). Em geral, foram importantes para estes movimentos, o baixo custo da mão-de-obra, a disponibilidade de recursos naturais e a concessão de incentivos fiscais e financeiros dos diversos governos estaduais sem a coordenação de uma política de desenvolvimento regional de âmbito nacional.

Do mesmo modo, algumas alterações na DIRT também ocorreram através de tendências de reconcentração regional do setor petroquímico e dos setores industriais de maior complexidade tecnológica. No primeiro, os investimentos projetados para o setor petroquímico indicaram uma tendência de reconcentração na região Sudeste (SP e RJ), com perspectivas de alguma inflexão na histórica perda relativa de dinamismo econômico do RJ. Os projetos de expansão das atividades no Estado de São Paulo e de implantação de um pólo gás-químico no Rio de Janeiro, em razão da maior proximidade da indústria de transformação, apresentam maiores vantagens competitivas do que os pólos de Triunfo (RS) e de Camaçari (BA). No caso do futuro pólo do Rio de Janeiro, o diferencial de competitividade também é dado em função da utilização do gás natural que possibilita a produção de eteno (matéria-prima básica) a custos mais baixos do que a nafta utilizada nos demais pólos petroquímicos.

Nos setores industriais de maior complexidade tecnológica a tendência de reconcentração na Região Sudeste ocorreu com os investimentos da indústria de informática, de telecomunicações e de aeronaves no interior do Estado de São Paulo (Campinas e São José dos Campos). Para isso, foram importantes os “requisitos locacionais” exigidos pelas indústrias presentes nesta região. Dentre eles, a oferta de mão-de-obra qualificada, eficiente infra-estrutura de aeroportos, proximidade a centros de pesquisa tecnológica e universidades e a mercados consumidores de alta renda.

Outro fator também de grande importância diz respeito à “inércia e rigidez locacional” dada pelo alto custo de capital presente no país, o que onera sobremaneira possíveis estratégias de saída de plantas produtivas das grandes metrópoles e das aglomerações urbano-regionais já consolidadas, em uma economia com baixo ritmo de crescimento.

As tendências pontuais de concentração e reconcentração confirmaram uma DIRT marcada por grandes desigualdades e heterogeneidades inter e intra regionais e por focos localizados de maior dinamismo econômico relativo no interior das cinco macrorregiões brasileiras. A explicação reside no fato de que os novos investimentos, após a “retirada da ação estatal sistêmica”, da abertura comercial e do plano de estabilização inflacionária, ocorreram de maneira bastante desordenada e seletiva. E, também, pelo fato de que os impactos derivados das mudanças no cenário macroeconômico não foram capazes de determinar uma trajetória de crescimento na economia brasileira. Em razão das próprias características dos investimentos e pela falta de coordenação em nível nacional das políticas estaduais de atração de empresas, as mudanças não foram capazes de alterar radicalmente a configuração da DIRT brasileira descrita anteriormente. No entanto, algumas mudanças intra-setoriais foram importantes, como no caso do setor automobilístico, em que os novos

investimentos ocorreram em grande parte fora do Estado de São Paulo, dos setores têxtil, calçadista e de frigoríficos, instalados nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Deste modo, as mudanças tenderam a reforçar um dinamismo regional determinado por estruturas produtivas já consolidadas, sem a preocupação de amenizar as desigualdades intra e inter regionais, sem nenhum tipo de política regional, permanecendo um quadro de enormes heterogeneidades regionais e de agravamento do quadro social.

Referências Bibliográficas

- AFFONSO, R. B. & SILVA, P. B. (org.). Desigualdades Regionais e Desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP/UNESP.
- ALONSO, J. A. F. (2001). Caracterização Econômica da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. IX Encontro Nacional da ANPUR. Anais... Rio de Janeiro: ANPUR.
- ARAÚJO, T. B. (2000). Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: Heranças e Urgências. Rio de Janeiro: Revan.
- ARBIX, G. (2000). Política Industrial e o *Laissez-Faire* na Guerra Fiscal. In: RATTNER, H. (org.) Brasil no Limiar do Século XXI: Alternativas para a Construção de uma Sociedade Sustentável. São Paulo: Fapesp/Edusp.
- BRANDÃO, C. A. (2002). Localismos, mitologias e banalizações na discussão do processo de desenvolvimento. VII Encontro Nacional de Economia Política e II Colóquio Latino Americano de Economistas Políticos, Anais... , Curitiba.
- CAIADO, A. S. C. (2002). Desconcentração Industrial Regional no Brasil (1985-1998): Pausa ou Retrocesso? Campinas: IE/UNICAMP (tese de doutoramento).
- CANO, W. (1998a). Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930/95. 2. ed. Campinas: IE/UNICAMP.
- DINIZ, C. C.. A nova geografia econômica do Brasil. In: VELLOSO, J. P. R. Brasil: 500 anos. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FURTADO, C. (1966). Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- GALVÃO, A. C. e BRANDÃO, C. A. (2001). Fundamentos, Motivações e Limitações da Proposta Governamental dos "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento". VI Encontro Nacional de Economia Política e II Colóquio Latino Americano de Economistas Políticos, Anais... . São Paulo.
- GAZETA MERCANTIL. Balanço Anual. (vários números).
- GONÇALVES, M. F., BRANDÃO, C. A. e GALVÃO, A. C. (2003). Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões. São Paulo, Editora da UNESP.
- GOULARTI FILHO, A. (2001). Padrões de Crescimento e Diferenciação Econômica em Santa Catarina. IE/UNICAMP. (tese de doutoramento).
- GUIMARÃES NETO, L. (1999b). "Dinâmica Regional no Brasil", IPEA, (mimeo)

- HELFAND, S. M. e REZENDE, G. C. (1998). Mudanças na Distribuição Espacial da Produção de Grãos, Aves e Suínos no Brasil: O Papel do Centro-Oeste. Brasília: IPEA. Texto para Discussão, 611.
- IPEA, UNICAMP/IE/NESUR, IBGE (1999). Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Campinas, Editora do IE-Unicamp.
- KON, A. (1998). Desenvolvimento Regional e Trabalho no Brasil. São Paulo, ABET.
- LINS, H. N. & BERCOVICH, N. A. (1995). Cooperação envolvendo Pequenas e Médias Empresas Industriais no MERCOSUL. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.16, n. 1.
- LINS, H. N. (1998). Reestruturação Produtiva e Impactos Socioespaciais. III Encontro Nacional de Economia Política. Anais...Niterói: SEP.
- MIRANDA, J. C. (2001). Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras na Década de 1990. Brasília: IPEA. Texto para Discussão, 829.
- MOTA, F. C. M. (2001). Integração e Dinâmica Regional: o caso capixaba (1960-2000). Campinas: IE/UNICAMP. (tese de doutoramento).
- OLIVEIRA, F. (1977). A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro, Graal.
- PACHECO, C. A. (1998). Fragmentação da Nação. Campinas: IE/UNICAMP.
- RANGEL, I. (1968). Características e Perspectivas da Integração das Economias Regionais. Rio de Janeiro, 5(2), jul./dez.
- ROSTOW, W. W. (1959). Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não-comunista. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- SILVA, P. C. G. (2001). Articulação dos Interesses Públicos e Privados no Pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: Em Busca de Espaço no Mercado Globalizado de Frutas Frescas. Campinas: IE/UNICAMP. (tese de doutoramento).
- SMITH, N. (1988).Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro, Forense.
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2000). Os *Royalties* de Petróleo e a Economia do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro.
- VERRI, E. J. & GUALDA, N. L. P. (2000). Desenvolvimento Industrial e Concentração Espacial: uma Breve Discussão sobre a Situação Recente do Estado do Paraná. V Encontro Nacional de Economia Política. Anais... Fortaleza: SEP.
- VILASCHI FILHO, A. & DEUS, A. S. (2000). Aprendizado e Capacitação Tecnológica no Espírito Santo: o Caso do Conjunto Siderúrgico. Revista Perspectiva Econômica, Vitória. v. 1 (0).